

ATA

Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios
VI Reunião (Ampliada) da Câmara Temática de Aqüicultura e Pesca

Às 14h30min do dia 24 de junho de 2008, deu-se início a Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, VI reunião ampliada da Câmara Temática de Aqüicultura e Pesca no Centro de Estudos Ambientais (CEA), sito a Av. Jair Carneiro Toscano de Brito, s/nº, Praia da Chácara, Angra dos Reis.

Compareceram à reunião, os conselheiros: Primeiro-Tenente Roberto Toledo, representando o Capitão de Corveta Newton Lopes Junior nesta reunião (Delegacia da Capitania de Portos e Costas/Marinha do Brasil); Julio César Avelar (AMBIG); Ronaldo de Souza Vieira (AMBIG); Jayme Tavares (SEAP); Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo); José Rafael Ribeiro (SAPE); Luciano O. Vidal (AMAPAR); Humberto Martins (Secretaria de Pesca de Angra dos Reis); Dirceu Borin (ATCV); Comandante Guilherme (ATSCV); Marcos Bastos (UERJ); Sylvia de Souza Chada (ESEC Tamoios) e Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios).

Também estavam presentes, os convidados: André Luiz Araújo (Secretaria de Pesca de Angra dos Reis); Valdeci do Nascimento (PMAR); Lemara Ferreira (PMAR); Fernanda Biselli (Séc. Meio Ambiente de Angra dos Reis); Edmar Tavares (PMAR); Julio Magno Ramos (PMAR); Carlos Eduardo Baldoni Palhares (PMAR); Dario Maia (PMAR); Ivany Martins Henrique (PMAR); Rafael S. B. (PMAR); Alex Mafore (PMAR); Paulo Leite (SEAP-RJ); José Augusto Moreli (ESREG Sul Fluminense/IBAMA); Leandro Gonsalves. (ESREG Sul Fluminense/IBAMA), Inês Chada Ribeiro (SAPE); Hélio Antiqueira Bulhões (CMA/ICMBio) Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios); Maria Jorge (ESEC Tamoios); Cristiana Lima (SEBRAE/RJ); Ginálvia Manuella de Paula (estagiária ESEC/BIOMA); Paula Ritter (FIPERJ); Francyne Vieira (FIPERJ); Lucia Guirra (FIPERJ); Guilherme Bastos Maccacchero (FIPERJ); Rodney Dias (TV Com. TV Tupinambás); Yan Pablo dos Santos (TV Com.); Fernando Lardosa (IEF-RJ); Eduardo Dias (Projeto Baleia Franca); Lea Honorato; Clésio de Jesus Maia (AMBIG); Osmar dos Santos (AMBIG); Waldemar de Souza (AMBIG); Roberto Antonio Maia (AMBIG); Lourival Ramos Filho (AMBIG); Gabriel A. M. (Fazenda Marinha Procriando); José Luiz Zaganelli (IEDBIG); Roberto Bonfim (CONSIG - Portugal); Fabrício Soares (AMAPAR); José Roberto dos Reis (AMAPAR); Alexandre de Castro (Colônia Z-17/Angra dos Reis); Ricardo da Fonseca (COMISFLU/Associação de Aquicultores); José Vallins (CEA); Mariana Rodrigues Plácido (RioMaricultura); Elins Malaquias Santos (RioMaricultura); Alexandre B. (maricultor) Rogério Saldanha; Inez Câmara Varela; José Nunes Saldanha; Fernando dos Santos; Antonio Mariano de Sousa e Carlos Kazuo Tonack.

Justificaram ausência: IPHAN, IACV, UFF.

Não justificaram a ausência: APA de Cairuçu; APA Tamoios/IEF; Colônia de Pesca Z 17/Angra dos Reis, Prefeitura Municipal de Paraty; Associação de Moradores e Amigos de Tarituba, Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba, Associação de Moradores da Prainha de Mambucaba; Eletronuclear e SEBRAE, que ainda não indicou representantes.

O Secretário de Pesca de Angra dos Reis, Sr. Humberto Martins, iniciou a reunião ressaltando a grande representatividade institucional presente àquela reunião, parabenizou a ESEC Tamoios pela iniciativa, lembrou que em geral, as leis no setor da pesca são concebidas e impostas pelo governo federal, sendo apenas recepcionadas pela população, o que dificulta o cumprimento e a fiscalização destas. Ressaltou que quando ocorre uma discussão das decisões, quando há deliberação dos pescadores na questão, facilita-se a fiscalização, pois o próprio ator da pesca se torna um fiscal, agindo em prol do cumprimento das determinações. Lembrou a importância de haver um Fórum de Gestão Compartilhada, espaço onde se discute os problemas e se propõem soluções consensuadas.

A presidente do Conselho Consultivo, Sylvia Chada, lembrou que a criação da ESEC Tamoios há 18 anos foi conseqüência da vinda das usinas nucleares para a região. Disse que um dos principais objetivos de uma Estação Ecológica é o monitoramento e a pesquisa e que o presente fórum é o cumprimento deste papel. Explicou que o trabalho que será

apresentado é resultado de um Grupo de Trabalho do Conselho da UC, que realizou pesquisas em campo, sistematizou as informações, que agora são repassadas para a sociedade. Explicou que a ESEC Tamoios segue três diretrizes de gestão. A primeira se refere à gestão integrada entre as Unidades de Conservação da região e as esferas do poder público: o Mosaico Bocaina. A segunda se refere à participação social. Informou que o presente conselho foi implementado em 2007 e conta com cerca de trinta instituições, a maioria ligada ao setor marinho, visto que mais de 96% da UC é área marinha. Esclareceu que o Conselho conta com diversas Câmaras Temáticas, sendo que a CT de Pesca e Aqüicultura, no final de 2007, traçou um Plano de Ação que se compunha de três linhas de atuação. Foram então criados três Grupos de Trabalho e que aquela reunião seria para apresentar o trabalho do GT Mapeamento das Artes Fixas. A terceira diretriz se refere ao estabelecimento de bons processos. Finalmente, disse que a reunião seria realizada em dois momentos: o primeiro seria a apresentação do estudo e o segundo seria o de se refletir a partir da situação apresentada, discutir e elaborar uma agenda de trabalho.

O coordenador do GT Mapeamento de Artes Fixas de Pesca e Aqüicultura, Sr. Julio Avelar (Associação de Maricultores da Ilha Grande), iniciou a apresentação do estudo. Apresentou a composição do GT, cuja equipe era composta por ele como coordenador e pelos seguintes membros: André Araújo (Secretaria Municipal de Pesca de Angra dos Reis); Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios); Ginalvia de Paula (estagiária da ESEC Tamoios e aluna da Universidade Barra Mansa) e Maria Clara Valverde (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica). Explicou que as pesquisas foram executadas sistematicamente ao longo de dezembro de 2007, utilizando a lancha da ESEC Tamoios. Foi adotada como metodologia a observação direta, a descrição com uso de formulários específicos, imagens fotos-digitais, geo-referenciamento através de GPS portátil e mergulho livre. Apresentou-se primeiro os resultados referentes ao mapeamento dos cercos flutuantes, uma arte fixa de captura construída em rede e instalada próxima ao costão rochoso, direcionada principalmente à captura de peixes pelágicos. No total, foram levantados noventa cercos, sendo 56 no município de Paraty (7 inativos) e 34 (3 inativos) em Angra dos Reis. Foi apresentada a distribuição dos cercos no mapa da região e na forma de gráficos. Ressaltou-se que, apesar de proibidos, foram encontrados cercos no interior da ESEC Tamoios: dois na área marinha da Ilha do Catimbau e um na área marinha da ilha de Araraquara, ambas em Paraty. Em relação aos aspectos legais que incidem sobre esta arte fixa, citou-se que no âmbito da Marinha do Brasil existe a NORMAN 11 que regulamenta o lançamento de petrechos para atração ou captura de pescado e, em relação à segurança da navegação, a necessidade do “nada a Opor”. Disse que no IBAMA não existe legislação específica para cerco flutuante. No Estado do Rio de Janeiro, foi publicada a Instrução Normativa nº 14 / 2005 que se refere às artes fixas: cercadas, currais, estacadas, marcas de barrabem, tribobós e ganchos. Esta não se adapta às características dos cercos flutuantes. Como considerações finais acerca do cerco fixo, foi dito que se trata de uma arte tradicional, introduzida pelos japoneses, mas com baixa inovação tecnológica por parte dos pescadores; que se trata de um sistema de captura seletivo, não sendo considerado predatório; que, apesar do número significativo de cercos, a produção dos mesmos não é contemplada pela estatística pesqueira; que, quando não adequadamente sinalizado, pode trazer risco à navegação e que há necessidade de fazer sua adequação legal. André Araújo (Secretaria Municipal de Pesca de Angra dos Reis) apresentou o mapeamento relacionado à maricultura na Baía da Ilha Grande. Descreveu as modalidades de cultivo encontradas, quais sejam: malacocultura, piscicultura e algicultura. No Município de Angra dos Reis, foram levantados 75 cultivos de moluscos, dentre os quais 30 foram instalados pela Prefeitura de Angra dos Reis (21 encontram-se ativos e 09 inativos), 40 pertencem a particulares (14 ativos e 26 inativos) e 05 encontravam-se em estado de abandono. Foram levantados, ainda, 14 cultivos de algas e 03 cultivos de peixe. Foram contabilizados 339 espinhéis de malacocultura, sendo que apenas 153 encontravam-se ativos (186 inativos) e 30 balsas de algas. O tamanho médio dos espinhéis encontrados foi de 50 metros. No Município de Paraty, foram levantados 22 cultivos, sendo 14 cultivos de moluscos (04 ativos e 10 inativos), 08 cultivos de peixe e nenhum cultivo de alga. Foram contabilizados 35 espinhéis de malacocultura, sendo que apenas 10 encontravam-se ativos (25 inativos) e 19 tanques-rede. O tamanho médio dos espinhéis encontrados foi de 40

metros. No total, foram levantados na Baía da Ilha Grande 10 pisciculturas (2 em Angra e 8 em Paraty), 11 algiculturas (todas em Angra) e 89 malacoculturas (75 em Angra e 14 em Paraty), sendo que destas, apenas 39 encontravam-se ativas. Foi apresentada a distribuição dos cultivos de moluscos no mapa da região e na forma de gráficos. Ressaltou-se que, apesar de não serem autorizados foram encontrados cultivos no interior da ESEC Tamoios: um na área marinha da Ilha do Catimbau, um na área marinha da ilha Comprida e um na área marinha da Ilha do Algodão. Em relação aos aspectos legais que incidem sobre a atividade de maricultura, foram citados os seguintes dispositivos legais: Decreto Nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, Instrução Normativa Interministerial Nº 06 de 31 de Maio de 2004, Instrução Normativa Nº 17, de 22 de setembro de 2005, Instrução Normativa Nº 105, de 20 de Julho de 2006, Instrução Normativa Interministerial Nº 1, de 10 de Outubro de 2007. Após a apresentação, foi aberto espaço para perguntas. Roberto Bonfim (CONSIG-Portobelo) perguntou sobre o porquê de existir um percentual tão alto de cultivos inativos. André esclareceu que isto se deve majoritariamente à privatização de áreas, mas também pelo abandono das estruturas devido à migração do maricultor para outras atividades mais rentáveis. Julio lembrou que há alguns anos a Prefeitura de Angra, através do Programa de Execução Descentralizada (PED) implantou 25 fazendas marinhas, atingindo 33 aquicultores. Lembrou que para uma maricultura dar certo, é necessário dedicação no manejo, sistematização, planejamento e, sobretudo, meios de escoar a produção. Fernanda (Secretaria de Meio ambiente de Angra dos Reis) informou sobre o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, um projeto-de-lei, que já está pronto, faltando apenas ser assinado. Disse que contempla um zoneamento ecológico-econômico que abrange o município de Angra dos Reis. Após um coffee-break, deu-se prosseguimento à segunda etapa da reunião. Foi montada uma mesa-redonda composta pelos seguintes representantes: Sra. Sylvia Chada (ESEC Tamoios), Sr. Humberto Martins (secretário de Pesca de Angra dos Reis); Sr. Jayme Tavares (SEAP); 1º Tenente Roberto Toledo (Marinha do Brasil); Francyne Vieira (FIPERJ); Julio Avelar (AMBIG); José Morelli (IBAMA). Sylvia apresentou uma tabela onde eram apresentadas as principais questões (demandas) a serem abordadas e onde deveriam ser propostas ações para estas questões, quais sejam: privatizações e ordenamento, licenciamento, PLDM, Produção e Estatística. Pediu para que cada membro falasse sobre o papel de sua Instituição neste processo. O Sr. Humberto falou do papel da Prefeitura de Angra na maricultura, que tem sido de apoio técnico e fomento. Finalmente, colocou toda a estrutura da Secretaria de Pesca a disposição das instituições fiscalizatórias para coibir os abusos e irregularidades do setor. Jayme iniciou dando informes. Explicou que o Sr. Suplicy que coordena a questão da aquicultura no âmbito da SEAP não pode estar presente, mas lhe pediu que fosse agendada no próximo 17 de julho nova reunião em Angra para tratar este tema. Reconheceu que durante o 1º mandato do Governo Lula, a SEAP, particularmente no estado do Rio de Janeiro, não se dedicou adequadamente ao setor aquícola, em função das incontáveis demandas do setor extrativista, tendo em vista o enorme abandono em que se encontrava aquele segmento, principalmente no que se refere à infra-estrutura, existindo, portanto, uma dívida com as demandas dos aquícultores. Disse que, equacionados os principais problemas, a SEAP-RJ já começa a se dedicar mais a esta agenda, lembrando, inclusive, que haverá aporte de recursos orçamentários da União para o setor. Também lembrou o Fórum de Gestão de Recursos Pesqueiros, uma iniciativa do IBAMA, que a SEAP pretende retomar aproveitando o arcabouço criado pelo IBAMA e o readequando. Informou que o Morelli (IBAMA) é o atual coordenador encarregado de adequar este fórum para que ele volte a funcionar. Quanto à apresentação feita naquela reunião, solicitou à ESEC Tamoios uma cópia e ressaltou a importância de se identificar quem produz e quem não produz a fim de acabar com as aberrações das privatizações. Esclareceu sobre o Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM) que, após a saída do coordenador que estava à frente do Projeto, deu uma parada. Informou que já apresentou o projeto para a Petrobras e a Eletronuclear a fim de conseguir convênios para retomar o PLDM. Também explicou o mecanismo da IN interministerial 01 de 10/10/2007, através do qual o SPU fará termos de cessão de áreas para a SEAP que, por sua vez, fará licitações destas áreas para aquicultura. Lembrou que algumas áreas já saíram segundo os moldes desta IN, sendo que no mar apenas uma em Pernambuco. O Primeiro-Tenente Roberto Toledo, encarregado da Segurança do Tráfego

Aquaviário esclareceu sobre o papel da Marinha em relação à maricultura. Esclareceu que a Marinha não autoriza, apenas diz se a atividade traz ou não riscos à segurança. Disse que no documento de “nada a opor” está explicitado que outros órgãos devem ser consultados. Informou que a Capitania tem trabalhado em cima das cartas do DHN, mapeando todas as obras existentes e propôs que fossem comparadas as informações coletadas neste trabalho com o levantamento feito pela Marinha. Lembrou que o Delegado está à disposição, bastando que se solicite audiências com ele. Francyne (Coordenadora de Pesca da FIPERJ) explicou que a FIPERJ trabalha em três bases: extensão pesqueira e maricultura, capacitação profissional e pesquisa. O Sr. Moreli chamou a atenção às lacunas da legislação tanto no que se refere às artes fixas de pesca quanto aos cultivos. Disse possuir cerca de 1240 páginas só sobre legislação pesqueira e lembrou que este levantamento já se encontra defasado, visto a velocidade com o que se publicam novos instrumentos legais. Lembrou que lidar com esta vasta legislação é um desafio para o IBAMA, bem com às demais Instituições. Quanto aos algicultores, informou que cerca de 98% dos cultivos levantados deverão ser retirados em breve, salvo seja publicada nova portaria sobre a questão. Falou sobre a criação do Fórum de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, que será um canal de interlocução dos pescadores, entidades civis, IBAMA, ICMBio, etc. e onde se poderá discutir com legitimidade a questão da pesca e da produção de informações sobre a pesca. Quanto às quatro questões apresentadas como demandas na tabela apresentada, lembrou que a ESEC Tamoios não tem competência sobre nenhuma delas. Julio Avelar (AMBIG) propôs que se discutisse a demanda “licenciamento”. Perguntou de quem seria a competência, visto que existem atualmente no IBAMA processos para análise, mas que já aconteceram três licenciamentos estaduais (FEEMA) em Mangaratiba, no passado. Morelli opinou que divisão de competência é mais uma maneira de não se fazer nada e lembrou que atualmente existem na ESREG de Angra 24 processos emperrados por dependerem de outros órgãos. Morelli lembrou que, segundo a legislação, a competência caberia ao IBAMA ou à FEEMA, desde que o IBAMA delegasse esta competência para aquela OEMA. Marcos Bastos (UERJ) lembrou que em 2005, um ofício da Coordenação de Licenciamento ambiental do IBAMA orientava aos Escritórios Regionais no sentido de que o licenciamento ambiental não caberia a quem detém o bem, mas sim em relação à abrangência do impacto. Assim, se o impacto é local, caberia à FEEMA. Morelli se propôs a fazer uma consulta à Procuradoria Geral do IBAMA sobre a questão. Jayme propôs que na reunião do dia 17/07 sejam discutidas a questão do licenciamento e também do PLDM (demandas expostas na tabela apresentada). Quanto à demanda “privatizações”, discutiu-se acerca das determinações da IN 105 de 20/07/2006. Concluiu-se que a maioria dos cultivos da região está em desacordo com esta Instrução Normativa. Também foram questionados alguns casos apresentados como inativos no estudo. Sr.Zaganelli lembrou que cultivos vazios não são necessariamente inativos e propôs a análise caso a caso. O Comandante Guilherme (ATSCV) se propôs a apoiar a vistoria destes casos com produção de documentação fotográfica e uma lancha rápida para deslocamento. Luciano Vidal (AMAPAR) questionou a intenção de se dar publicidade deste estudo para o Ministério Público e sugeriu que esta questão fosse colocada em votação. Morelli lembrou que o relatório gerado pelo GT do Conselho Consultivo da ESEC é um documento público. Lembrou que privatização de praia é crime e que não se trata de colocar em votação este tipo de questão. Três ações foram propostas em relação ao tema das privatizações: produzir fotografias subaquáticas a fim de comprovar a inatividade dos cultivos, com apoio da ATSCV; Verificar caso a caso; Dar publicidade do relatório às diversas instituições. Com relação à quarta demanda (produção e estatística), esta competência estaria no âmbito da SEAP e da municipalidade. Sugeriu-se que a SEAP fomentasse os municípios a levantarem e sistematizarem as informações. Sylvia lembrou que este tema também está fora do âmbito da ESEC que não tem como contribuir com esta questão. Assim, a reunião foi encerrada às 18:00, com encaminhamento da sugestão da SEAP em dar continuidade à discussão na reunião do dia 17 de julho, a ser organizada pela SEAP e Secretaria de Pesca de Angra dos Reis.

Assina esta ata, eu, Adriana Nascimento Gomes e os demais presentes.

Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios)	
Primeiro Tenente Roberto Toledo (Marinha do Brasil)	
Julio César Avelar (AMBIG)	
Ronaldo de Souza Vieira (AMBIG)	
Jayme Tavares (SEAP)	
Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo)	
José Rafael Ribeiro (SAPE)	
Luciano O. Vidal (AMAPAR)	
Humberto Martins (Secretaria de Pesca de Angra dos Reis)	
Dirceu Borin (ATCV)	
Comandante Guilherme (ATSCV)	
Marcos Bastos (UERJ)	
Sylvia de Souza Chada (ESEC Tamoios)	